SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/07/2015 - Sinttel-ES

A posição dos juízes do TRT na ação de hora extras da Claro

Na segunda-feira, dia 20, na Secretaria da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/ES) aconteceu o julgamento da 4ª Ação de Execução, feita pelo Departamento Jurídico do SINTTEL-ES, para uma ex-trabalhadora da Claro. Essa ação individual cobrava o ressarcimento de horas extras não pagas pela empresa a partir de 18/12/2006 para ex-empregados, determinada no Acordo denominado "Termo de Conciliação Judicial", celebrado em 2013, entre a Claro e o Ministério Público do Trabalho/ES.

Nessa ação, a ex-trabalhadora da Claro vai receber as horas extras. Suas testemunhas confirmaram que a empresa desrespeitava a jornada, estabelecendo o regime de metas em seus departamentos, o que obrigada seus/as empregados/as a estenderem a jornada para cumprir a meta de produção/venda estabelecida. Porém, outras duas ações, julgadas por outra Turma do TRT/ES negou o pagamento das horas extras, mesmo a Claro não apresentando documentos que comprovassem o pagamento. E não cabe recurso para esse tipo de processo de execução. Isso significa que não tem como recorrer nessas ações negadas.

O absurdo desses julgamentos é que a Claro foi condenada em uma Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que passou dois anos investigando as irregularidades praticadas e, depois de cinco anos de processo tramitando, acabou concordando com o pagamento, tanto que fez um acordo na ACP 0142500-82.2008.5.17.11.

A Claro foi condenada a pagar R$ 300 mil por "danos imateriais difusos e coletivos" e a partir de 1º de abril de 2014, cada trabalhador/a prejudicado/a deveria entrar com uma ação de execução pedindo o pagamento. As ações teriam que ser individuais porque dependia do número de horas extras trabalhadas e por quanto tempo para cada empregado/a. O SINTTEL foi chamado a ajudar nesse processo, colocando seu departamento juridico à disposição dos empregados que quisessem ajuizar as ações.

A pergunta que não quer calar: Se a empresa concordou em pagar e nem tem como provar que pagou, pois não controlava jornada através de cartão de ponto, porque o Tribunal nega a execução?

Segundo o advogado do SINTTEL-ES, Ângelo Latorraca, existem várias explicações. Uma delas é que não há, entre as três Turmas de desembargadores do TRT, um pensamento único. Cada uma delas analisa e decide conforme a sua interpretação do Acordo celebrado entre a Claro e o MPT/ES. "Umas consideram o pagamento, outras não, mesmo a empresa não tendo como provar o pagamento", disse.

Na tentativa de resolver a "pendenga", Ângelo pediu um parecer da Procuradoria do MPT/ES, reafirmando os termos do Acordo, mas nem assim convenceu os juízes desembargadoresdo TRT.

O que fazer diante dessa situação?

O SINTTEL-ES ajuizou 12 ações de execuções pedindo o pagamento das horas extras determinadas pelo "Termo de Conciliação Judicial". Duas foram vitoriosas e duas foram negadas.

Se o acordo foi mal redigido pelo MPT/ES e deixa margem para outras interpretações, que culpa tem esse/a trabalhador/a que foi prejudicado/a e teve prejuízos materiais?

Por que a Justiça do Trabalho julga as ações sem observar as consequências de seus julgamentos? Afinal, se a Claro havia concordado com o pagamento, porque negá-lo ao/à trabalhador/a?

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/07/2015 - Sinttel-ES

Trabalhadores/as na Vivo aprovam PPR 2015

Empregados da operadora Vivo/Telefónica reunidos em assembleia realizada pelo Sinttel em 17 de julho aprovaram o Programa de Participação nos Resultados (PPR) para este ano de 2015. A proposta da empresa apresenta índices e metas para que sejam cumpridas ao longo desse ano. Com isso a empresa fará antecipação de uma parte do PPR no dia 27/07/2015.

Veja como será o PPR na Vivo

1 – Quadro de Indicadores, Pesos e Metas:

Indicadores	Peso	Mínimo 50%	Médio 90%	P95 95%	Target 100%	Máximo 125%
Índice de Eficiência	25%	88,82%	86,67%	85,95%	**84,52%**	78,18%
Geração de Caixa	30%	35,49%	37,03%	37,55%	**38,58%**	39,93%
Margem EBITDA	20%	30,27%	31,58%	32,02%	**32,90%**	34,54%
Share de Receita Líquida	10%	24,59%	25,10%	25,27%	**25,61%**	26,63%
Índice de Satisfação do Cliente NOTA	7,5%	6,87	7,02	7,10	**7,17**	7,47
Índice de Satisfação do Cliente GAP	7,5%	-0,19	-0,04	0,04	**0,11**	0,41
TOTAL	**100%**					

Trabalhadores/as na

2 – Potencial do Programa:

SCORE	% DE ATINGIMENTO	QUANTIDADE DE SALÁRIOS
< 50%	0%	Não terá direito ao PPR
50%	80%	1,76 salários
100%	100%	2,20 salários
> 125%	125%	2,75 salários

3 – Adiantamento do PPR:

A Empresa realizará a antecipação equivalente à 01 (um) salário nominal no dia 27/07/2015, para os empregados ativos em 17/07/2015. Para os empregados admitidos no exercício de 2015, o pagamento da antecipação será realizado de forma proporcional, sendo que:

– Admitidos após 15 de Janeiro receberão 11/12 avos de 1 salário nominal

– Admitidos após 15 de Fevereiro receberão 10/12 avos de 1 salário nominal

– Admitidos após 15 de Março receberão 9/12 avos de 1 salário nominal

– Admitidos após 15 de Abril receberão 8/12 avos de 1 salário nominal

– Admitidos após 15 de Maio receberão 7/12 avos de 1 salário nominal

– Admitidos após 15 de Junho receberão 6/12 avos de 1 salário nominal

4 – Pagamento do PPR:

O pagamento do PPR 2015 será realizado até o dia 31 de março de 2016.

5 – Reunião Trimestral (inclusão de cláusula no ACT)

A Empresa se compromete em promover uma reunião com os Sindicatos no final de cada trimestre, após fechamento e divulgação dos resultados, para apresentação do atingimento dos indicadores das metas do PPR.

22/07/2015 - Sinttel-ES

Justiça do Trabalho mantém “semana espanhola” na Telemont

A Justiça do Trabalho manteve a liminar obtida pelo Sinttel-ES, que manteve a jornada de trabalho garantida em Acordo Coletivo do Sinttel com a empresa Telemont Engenharia de Telecomunicações.

Esta decisão foi tomada no final desta quarta-feira, dia 22/07/2015, pelo plenário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/ES). Com esta decisão, o Tribunal não acatou o pedido da Telemont que queria cassar a liminar que o Sinttel havia conseguido, obrigando a empresa a cumprir o que foi estabelecido no atual Acordo Coletivo.

A empresa havia alterado a jornada conhecida como semana espanhola de forma unilateral, sem discutir com o Sindicato e os trabalhadores. Pela proposta da empresa, a escala passaria a ser de segunda a sábado, em horários diferentes, sendo que de segunda a sexta de 8:30 às 17:30 horas, com intervalo de 1h30 para refeição e, no sábado, a jornada seria de 8:30 às 16:30h, também com intervalo de 1h30 para refeição, totalizando as 44 horas semanais.

Só que a Telemont descumpriu uma cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o Sinttel que garante aos trabalhadores pelo menos 2 sábados de folga, com a escala de trabalho chamada de “semana espanhola”.

Agora vamos aguardar o julgamento do processo que foi ajuizado pelo Sinttel, cuja primeira audiência foi marcada para o dia 13/07/2015 mas foi cancelada em virtude da greve dos servidores do judiciário. Não há ainda uma data para a nova audiência.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/07/2015 - Telesíntese

Entidades cobram Regulamentação do Marco Civil da internet

41 organizações da sociedade civil querem impedir aprovação de regras que deturpem os princípios e garantias já estabelecidos na lei

Organizações da sociedade civil e ativistas redigiram um documento, destinado ao governo federal, cobrando maior velocidade na criação do regulamento que vai definir as exceções à neutralidade de rede do Marco Civil da Internet. A regulamentação vem sendo debatida desde o começo do ano. A "Carta de Salvador" foi lançada no V Fórum da Internet, realizado na Bahia, na semana passada.

O documento alerta ser necessário impedir que novas iniciativas de regular o uso da rede deturpem os princípios e garantias já estabelecidos, que foram amplamente discutidos com toda a sociedade. "É imperativo que a minuta do decreto de regulamentação seja aberta ao público em plataforma online e participativa, da mesma forma que o Marco Civil foi debatido", destaca a carta. CGI.br e Anatel, que poderão ser ouvidos pela Presidência da República, já fizeram suas consultas públicas sobre o assunto. O Ministério da Justiça, que deverá redigir a minuta do decreto presidencial, também já fez duas consultas.

As entidades consideram que é urgente adotar medidas imediatas contra as práticas comerciais que desrespeitam as disposições do Marco Civil. Têm sido cometidas diversas violações ao direito à neutralidade da rede, por meio de modelos de negócio que utilizam o zero rating associado a planos franqueados com discriminação e bloqueio de pacotes ao final da franquia, em descumprimento do dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. As operadoras discordam.

Ainda, são anunciadas outras possibilidades de discriminação de tráfego como, notadamente, a iniciativa Internet.org do Facebook, em relação à qual o Governo Federal noticiou uma possível parceria para inclusão digital, sem, no entanto, revelar mais detalhes.

Também a recente aprovação pelo Senado do PLS nº 494/2008 evidencia um desrespeito ao Marco Civil, avaliam as entidades. "Sob o pretexto de tornar mais rigoroso o combate à pedofilia, o Projeto de Lei retoma graves problemas amplamente debatidos e abolidos na tramitação do PL nº 84/99 (AI-5 digital)", diz a Proteste – Associação de Consumidores.

Abaixo, leia a íntegra do documento:
http://www.telesintese.com.br/entidades-cobram-agilidade--na-regulamentacao-marco-civil-da-internet/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/07/2015 - Telesíntese

Com GVT, Telefônica faturou R$10,3 bilhões no primeiro tri

Companhia divulgou hoje resultados pro-forma para os primeiros meses do ano.

A Telefônica Brasil divulgou hoje, 22, o primeiro balanço pro-forma incluindo os resultados da GVT, cuja compra foi concluída em maio. O resultado mostra como teriam ficado os resultados da empresa desde o primeiro trimestre de 2014 ao primeiro trimestre de 2015.

Para os três primeiros meses deste ano, a receita registrada foi de R$ 10,36 bilhões. O número mostra crescimento das operações sobre o mesmo período de 2014, na ordem de 5,13%. O faturamento com serviços móveis ficou em R$ 5,89 bilhões. Deste total, o consumo de dados e SVA gerou receita de R$ 2,47 bilhões. Voz faturou R$ 2,87 bilhões.

Em telefonia fixa, Telefônica + GVT faturaram R$ 4,13 bilhões, dos quais, R$ 1,97 bilhão veio de voz, R$ 764 milhões vieram de banda larga, R$ 692 milhões foram originados em serviços corporativos, e R$ 393,2 milhões, da TV paga. Os custos operacionais do conjunto das empresas foi de R$ 7,25 bilhões no trimestre terminado em março. O EBITDA ficou em R$ 3,11 bilhões, com margem de 30%.

Os números mostram que a GVT somou R$ 1,5 bilhão à receita operacional e R$ 514 milhões ao EBITDA. As empresas não divulgaram o lucro proforma. O resultado da Telefônica sem a GVT pode ser visto aqui.

22/07/2015 - Instituto Telecom

Governo poupa setor de Telecom em reajuste de taxas

Como já anunciara o Ministério da Fazenda, o governo se prepara para reajustar uma série de taxas de fiscalização, controle ou conformidade relacionadas a diferentes serviços sob concessão. Uma Medida Provisória publicada nesta quarta-feira, 22/7, autoriza o governo a "atualizar monetariamente" cobranças previstas em sete legislações.

De sua parte, o Ministério da Fazenda não respondeu se haverá outros ajustes e se as taxas relacionadas ao setor de telecomunicações – notadamente o Fistel – ainda podem sofrer o mesmo destino. No Ministério das Comunicações, a expectativa é de que isso não aconteça: a área econômica prometeu não fazer mudanças sem avisar antes, e tal comunicação não aconteceu entre as pastas.

A incerteza, porém, deixou tímido o setor privado, que procurado não vai se manifestar antes de saber se acabou o risco de uma correção do Fistel – a taxa que incide sobre todos os celulares, por exemplo, ou mesmo sobre os leilões de radiofrequência. As teles chegaram a levar projeções bastantes negativas ao governo, como uma redução de até 40% nos chips em uso no país no caso de reajuste.

A correção prevista na MP 685, originalmente sobre o 'programa de redução de litígios tributários', veio em seu último artigo e permite que o governo corrija, via regulamentos, taxas sobre armas e munições, produtos químicos, valores mobiliários, fiscalização sanitária, saúde suplementar, aviação civil, transporte terrestre e aquaviário, metrologia e energia elétrica.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/07/2015 - Carta Capital

As cinco piores mentiras do Globo contra Lula em 2015

Lula é o culpado pela crise da Grécia, Mujica 'denunciando' Lula, viagens 'secretas' que foram amplamente divulgadas: confira estas e outras pérolas.

Como ainda tem gente que leva de boa fé as informações publicadas pelo jornal O Globo sobre Lula, recapitulamos aqui as cinco maiores armações do jornal contra o ex-presidente só no ano de 2015. Lembrando que ainda estamos em julho. E que a coluna do Merval Pereira é considerada hours concours.

5º lugar - Lula seria culpado pela crise na Grécia

O colunista do O Globo (e também do Estado de S. Paulo, G1, TV Globo, CBN, Globonews) Carlos Sardenberg criou a tese original de que a culpa da crise na Grécia é de Lula e Dilma, por causa de reuniões do atual primeiro-ministro Aléxis Tsipras quando era candidato. A crise grega já tem 7 anos. Diante do fato dos prêmios nobel de Economia Paul Krugman e Joseph Stiglitz terem visões diferentes dele sobre a crise grega, Sardenberg reafirmou seu artigo e saiu-se com essa no Twitter (supomos que "Liila" deve ser "Lula")

4º lugar - Os documentos secretos do Itamaraty que o Globo manteve secretos

No dia 12/06 o Globo acusou, em manchete de primeira página, o Itamaraty de tentar burlar a lei para proteger Lula, por causa de um documento interno não final que pedia a reavaliação de documentos diplomáticos durante o mandato de Lula. O Itamaraty entregou os documentos à Época. Época e O Globo viram os documentos, que mostravam a atuação positiva de Lula em defesa de empresas brasileiras, e não publicaram nada, afinal, como provam que o trabalho de Lula era positivo para o Brasil, o Globo e a Época devem ter achado melhor esconder isso dos seus leitores.

Como o Globo esconde, segue o que dizem os documentos

3º lugar - O Globo paga mico internacional e inventa que Lula teria "confessado" saber do mensalão para Mujica

A partir de uma declaração dada a jornalistas em um livro sobre Pepe Mujica, no qual o ex-presidente uruguaio menciona uma conversa que teve com Lula sobre as pressões e dificuldades de se administrar um país do tamanho do Brasil, o Globo no dia 5 de maio inventou uma manchete maluca de que Lula teria "confessado" sobre o mensalão para Pepe Mujica.

A mentira foi desmentida horas depois, primeiro pelo próprio autor do livro para o portal G1, também do grupo O Globo, depois em Montevidéu, no lançamento do livro, pelo próprio Mujica, que ainda afirmou em entrevista publicada ao Estado de S. Paulo que Lula foi seu modelo de governante.

A manchete maluca do Globo só foi levada a sério pelo senador Ronaldo Caiado, que está tentando convocar o ex-presidente do país vizinho a depor no Senado com base no jornal carioca.

Depois do caso o jornalista americano residente no Brasil Alex Cuadros tuitou que "De agora em diante irei observar uma quarentena de cinco dias antes de tuitar qualquer história do Globo sobre Lula".

2º Lugar - O voo secreto divulgado em release

Em 12 de abril de 2014, o Globo publicou matéria falando de um suposto "voo sigiloso" de Lula para Cuba, República Dominicana e Estados Unidos.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Deve ser a primeira viagem sigilosa divulgada por release na história. Ainda por cima acompanhada pela imprensa! Várias matérias dessa viagem foram publicadas no site do Instituto Lula e na imprensa internacional.

A informação de que o voo seria sigiloso baseou-se em um documento interno da Líder Táxi Aéreo com o qual o Instituto Lula não tem relação alguma. O Instituto divulgou a viagem em release para toda a imprensa, inclusive O Globo. O vôo foi pago pela Odebrecht porque o ex-presidente fez uma palestra na República Dominicana. O jornal não acreditou.

1º lugar - Novo mico internacional do Globo: Lula "lobista" em Portugal e a reunião "secreta" que O Globo noticiou. O segundo líder internacional em 2 meses à desmentir o jornal.

O ex-presidente Lula sempre defendeu as empresas brasileiras e uma presença maior delas também no exterior.

No domingo, dia 19 de julho, o Globo, com uma nova leva de documentos do Itamaraty sobre Lula após a presidência, inventa duas mentiras em uma mesma matéria para dizer que o ex-presidente faria lobby.

A primeira dizia que Lula teria feito lobby para a Odebrecht em Portugal, ao comentar com o primeiro-ministro português o interesse da empresa brasileira no processo de privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF). O embaixador Mario Vilalva também estava presente. Lula foi a Portugal participar das comemorações dos 40 anos da Revolução dos Cravos, no dia 25 de abril de 2014. A viagem era pública. O encontro de Lula com o primeiro-ministro foi tão público que a foto usada pelo Globo para ilustrar a matéria, e creditada de forma incorreta, é do Instituto Lula. O Instituto Lula confirmou a nota do embaixador que fala apenas de um comentário, mais nada. A posição do presidente de que as empresas brasileiras deveriam participar mais do processo de privatização em Portugal também era pública. E o Instituto mostrou para o Globo que o interesse da Odebrecht na privatização da EGF era tão público que inclusive já era notícia desde outubro de 2013 em jornais portugueses.

A Odebrecht no final desistiu e não participou do leilão da empresa portuguesa.

E no dia seguinte a matéria do Globo, ela foi desmentida pelo primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, que disse à imprensa portuguesa que Lula não intercedeu por nenhuma empresa brasileira.

Outra mentira, da mesma matéria, é de que Lula teria pedido ao BNDES uma reunião com o embaixador do Zimbábue no dia 3 de maio de 2012. A tal reunião foi um imenso seminário público na sede do BNDES, com TODOS os embaixadores africanos convidados e inclusive cobertura do jornal O Globo. Se o repórter do jornal tivesse pesquisado nos arquivos do diário encontraria a matéria "Lula aparece de bengala em evento na sede do BNDES no Rio", do jornalista Cássio Bruno, exatamente dia 3 de maio de 2012. Era o primeiro evento público do ex-presidente após se recuperar de um câncer na laringe.

O jornal registrou algumas das respostas da assessoria em matéria separada do texto principal, a primeira a ser distribuída online, onde não inclui as respostas que desmontam a farsa do Globo.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/07/2015 - Carta Maior

Países ricos bloqueiam, de novo, luta contra evasão fiscal

Em conferência da ONU na Etiópia, EUA e Reino Unido lideram sabotagem à proposta que puniria sonegação de impostos pelas multinacionais

As fortes pressões do Norte fizeram com que os países do Sul desistissem de criar um organismo apoiado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para lutar contra a evasão fiscal, no último dia da conferência internacional sobre financiamento do desenvolvimento realizada em Adis Abeba, na Etiópia.

Essa evasão fiscal priva os países todos os anos de bilhões de dólares em rendas.

A criação desta nova instância, que teria por missão fixar novas regras fiscais internacionais na luta contra os fluxos ilícitos e a evasão fiscal, em particular das multinacionais, dividiu o Norte e o Sul durante esta terceira conferência.

Os países ricos acham que a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que agrupa os 34 países mais desenvolvidos, é o fórum adequado para debater este assunto e fixar as regras e que um novo organismo patrocinado pela ONU implicaria na perda de agilidade do processo.

Mas os 134 países em desenvolvimento reunidos no grupo G77, liderados pelo Brasil e a Índia, e inúmeras ONGs discordam desta posição.

Seu objetivo era colocar fim às práticas das multinacionais que não pagam impostos nos países onde operam, geralmente refugiando-se em paraísos fiscais.

Estas práticas privam todos os anos esses países de 100 bilhões de dólares, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCD).

Ante a inflexibilidade dos países do Norte, com os Estados Unidos e o Reino Unido à frente, os países abandonaram sua reivindicação, principalmente devido aos insistentes pedidos da Etiópia, país anfitrião da conferência, que temia um fracasso do encontro.

O texto final, aceito pelas partes e cuja cópia foi obtida pela AFP, afirma que os especialistas do modesto Comitê sobre Cooperação Internacional em Matéria Fiscal, que já existe dentro da ONU e que desempenha um papel meramente consultivo, "sejam designados pelos governos e selecionados segundo uma distribuição geográfica equilibrada".

Milhares de delegados e centenas de ministros e chefes de Estado de países doadores e em desenvolvimento se reúnem desde segunda para encontrar formas de financiar uma erradicação duradoura da pobreza.

Após as cúpulas de Monterrey em 2002 e de Doha em 2008, a reunião de Adis Abeba servirá para comprovar a vontade dos Estados na hora de colocar em andamento a nova agenda de desenvolvimento das Nações Unidas.

A meta é encontrar financiamento para os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que a ONU está fixando para 2015-2030 e que devem ser adotados em setembro em Nova York.

As Nações Unidas desejam erradicar a pobreza e a fome no mundo até 2030, enquanto controlam as mudanças climáticas. Um desafio enorme para o qual serão necessários 2,5 bilhões de dólares de ajuda adicional por ano, segundo a Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento.

A escolha da Etiópia como país anfitrião mostra a importância do tema para o continente africano.